

## GOVERNO “ENGANA OS PORTUGUESES”

Rui Rio acusa o Governo de enganar “permanentemente os portugueses” com mentiras e meias-verdades, de não ter “uma estratégia de crescimento económico” e de ser responsável pela “degradação dos serviços públicos”. Para o Presidente do PSD, que participava na sessão de encerramento do XVII Congresso do PSD/Madeira, no Funchal, dia 20, o preço de “quem vende ilusões” é que, “mais dia ou menos dia, colhe descontentamento sob a forma de greve ou de outra forma qualquer”.



pág. 5

**PRESIDENTE**

### “CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA” PARA GANHAR ELEIÇÕES

O Conselho Nacional aprovou, dia 17, a moção de confiança à Comissão Política Nacional, com 75 votos a favor, 50 contra e um nulo (votaram 126 conselheiros nacionais, por escrutínio secreto)



pág. 8

**PSD**

### DAR CREDIBILIDADE À POLÍTICA

Arlindo Cunha, coordenador de Agricultura, Alimentação e Florestas do CEN, escreve um artigo de opinião sobre o que deve ser feito para aproximar os cidadãos da política e fortalecer a democracia



pág. 9

**LOCAIS**

### GOVERNO IGNORA TRANSPORTES FLUVIAIS PARA O BARREIRO

O presidente da distrital de Setúbal do PSD acusa o Governo de estar a adiar a resolução dos problemas da Soflusa, empresa que assegura a ligação fluvial entre o Barreiro e Lisboa.





**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## A JUSTIÇA NÃO É UM LUXO, É UM DIREITO

Não é só uma percepção, mas uma constatação fática. A justiça em Portugal piorou nos últimos três anos. As últimas declarações da ministra revelam que esta não só não tem conseguido resolver os problemas de um setor desgovernado como persiste em não alcançar as verdadeiras necessidades das populações.

Na abertura do ano judicial, o bastonário da Ordem dos Advogados punha o dedo na ferida, afirmando que "A justiça neste Portugal de estado de direito democrático encontra-se, e manter-se-á, doente, enquanto não se adequarem as custas e taxas judiciais ao país real, enquanto mantivermos uma justiça para ricos e uma justiça para pobres". Subscrevo a preocupação.

O cidadão comum tem cada vez mais dificuldades no acesso ao direito e à justiça, porque as custas judiciais praticadas e os honorários cobrados fazem pensar duas vezes se fará sentido entregar aos tribunais a resolução de uma determinada pretensão.

A justiça parece um artigo de luxo, mas um direito. O acesso aos tribunais não pode estar condicionado por fatores materiais, caso contrário, aqueles que dispõem de mais recursos ficarão sempre em vantagem em relação aos cidadãos mais desfavorecidos. O acesso aos tribunais não pode ser restringido por razões financeiras, sob pena de as pessoas sentirem que o Estado de direito beneficia uma minoria que, para além do poder mediático, dispõe de advogados bem pagos, que lhe garante uma defesa mais sólida e com maiores garantias.

Teremos, assim, apenas uma justiça para ricos, num claro atropelo da tutela jurisdicional, consagrada pela Constituição.

Esta é uma evidência absolutamente indesmentível. Há um descontentamento generalizado no aparelho da justiça. Os agentes judiciais estão cansados do desprezo e sobrançeria da tutela. O sistema prisional ultrapassa o limiar mínimo da dignidade, com as prisões a rebentarem pelas costuras. O segredo de justiça continua a ser um queijo suíço, com buracos por todo o lado. Diria até, com uma cumplicidade atroz entre jornalistas e as fontes que supostamente não revelam. As polícias deparam-se com falta de recursos e equipamentos degradados para cumprir com a sua função. A impunidade em relação a certos crimes é generalizada. Basta lembrar que, na semana passada, pela primeira vez em 45 anos de democracia, deu entrada num estabelecimento prisional, o primeiro condenado a cumprir pena efetiva por tráfico de influência. O Ministério Público continua a reclamar meios para fazer investigação adequada e a ter muita dificuldade em comunicar com a sociedade civil.

A ministra, alheia a tudo, diz que tudo está melhor. Francisca Van Dunem, em vez de Ministra da Justiça, mais parece uma qualquer monarca do Reino da Dinamarca. As palavras teimam em contrariar o que está aos olhos de todos.

Há mais de duas décadas que o diagnóstico está feito e é consensual. A justiça caminha para o descrédito completo. É confrangedora a incapacidade dos governos em se limitarem a gerir o setor de forma conjuntural. A justiça clama por uma mudança a sério, profunda, estrutural. E isso não é possível com um Governo que é avesso a reformas.

Rui Rio no encerramento do XVII Congre

# GOVERNO "E OS PORTUGU





ssor do PSD/Madeira

# “ENGANA MADRESESES”



Rui Rio acusa o Governo de enganar “permanentemente portugueses” com mentiras e meias-verdades, de não ter “uma estratégia de crescimento económico” e de ser responsável pela “degradação dos serviços públicos”. “O grande engano é quando nos vendem uma situação económica de quase milagre económico e depois todos descobrimos que não pode fazer isto e aquilo porque não têm meios”, criticou Rui Rio, no encerramento do XVII Congresso do PSD/Madeira, no Funchal, no domingo, 20 de janeiro.

Para o Presidente do PSD, o preço de “quem vende ilusões” é que, “mais dia ou menos dia, colhe descontentamento sob a forma de greve ou de outra forma qualquer”.

Num discurso crítico, Rui Rio caracterizou o desempenho do Executivo nacional, de António Costa, a quem acusa de governar “para agradar no momento”, de não ter qualquer rumo ou estratégia, contentando-se com o imediato. “Não tem estratégia de crescimento económico, porque foi um Governo que ao longo de todos estes anos se preocupou fundamentalmente em pegar em todas as folgas que a conjuntura permitia e distribuir pela lista de reivindicações feitas pelo Partido Comunista, feitas pelo Bloco de Esquerda”, assinalou, acrescentando que “isto significa que esqueceu completamente o futuro”.

Rui Rio recorda que Portugal apresenta dos piores crescimentos económicos da União Europeia e o Governo não fez nenhuma reforma estrutural. “Não fizeram nada pelo investimento privado, baixaram o investimento público, degradaram a taxa de poupança, agravou-se o endividamento das famílias, atingiu-se a maior carga fiscal da história de Portugal”, frisou.

Por outro lado, o atual Governo contribuiu para a degradação “dos serviços públicos para um patamar que é inadmissível em qualquer circunstância”.

As greves que atingem a administração pública – enfermeiros, médicos, guardas-prisionais, oficiais de justiça, funcionários dos registos e identificação civil, inspetores da PJ, trabalhadores dos transportes, professores, estivadores e bombeiros – a descoordenação no combate aos incêndios, a segurança das estradas, o furto de equipamento militar de Tancos e os problemas no Sistema Nacional de Saúde mostram que, “durante estes quatro anos”, o estado do País “piorou”.

O Presidente do PSD considera que há condições para “prestar um melhor serviço a Portugal do que aquele que o Partido Socialista está neste momento a prestar”.

Sobre a Madeira, que terá eleições regionais em 22 de setembro de 2019, Rui Rio apela aos eleitores para que saibam distinguir uma governação séria de uma gestão nacional de “logro”. “Nós temos aqui, na Madeira, que explicar se querem continuar com o governo regional que têm, ou se querem trocar por um outro que é assim como eu agora acabei de explicar”, concluiu Rui Rio.

## Madeirenses “não vão votar numa montagem publicitária”

O presidente do PSD/Madeira afirmou que está em marcha mais uma etapa política para o PSD e que abre uma nova perspetiva de “desenvolvimento benéfico” do partido e da Região. Miguel Albuquerque falava no encerramento do XVII Congresso Regional, sublinhando que pela frente estão três novos desafios, os quais o partido está preparado para enfrentar, porque são uma oportunidade para mostrar que o PSD vai continuar a cumprir os seus compromissos com a população madeirense, sendo a única força que reúne as condições para defender a nossa população e a nossa “querida Autonomia”.

O líder social-democrata regional afirmou que os madeirenses e porto-santenses não são cidadãos de segunda, “merecem ser tratados de corpo inteiro”, à luz da Constituição da República Portuguesa, pelo que o Estado tem obrigação de cumprir com as suas responsabilidades e de respeitar a população da Madeira.







O líder social-democrata regional entende que a sociedade madeirense está bipolarizada politicamente entre os “autonomistas” do PSD/M e os “feitores do colonialismo lisboeta, os socialistas e os comunistas locais subordinados às ordens do poder central jacobino”.

Considerou mesmo que é “inaceitável” que por motivos partidários, o Partido Socialista continue a desprezar os madeirenses e a confundir as suas funções partidárias com as suas funções governativas, afirmando que “é tempo de o Presidente da República tomar uma posição sobre esta pouca vergonha” e lembrando as desloca-

ções dos ministros à Madeira para fazerem propaganda do PS.

“Se tudo anda muito bem comportadinho, aqui na Madeira nós não temos medo”, disse, prometendo luta “contra o colonialismo”.

“Não estamos aqui para fazer amigos, estamos aqui para defender os interesses daqueles que representamos”, afirmou, recusando que os madeirenses sejam discriminados por um Primeiro-Ministro que nem ganhou as eleições.

Miguel Albuquerque contestou também a opção do Presidente da República de celebrar o 10 de Junho em Portalegre e em Cabo Verde, apesar do convite endereçado pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional para que as comemorações tivessem por palco a Madeira, no âmbito dos 600 anos do seu descobrimento. “A Madeira parece que não faz parte do nosso país”, disse.

Contudo, independentemente destas “injustiças”, o líder regional salientou que a Madeira vai continuar na senda do seu desenvolvimento, lembrando algumas das políticas adotadas, como as que levaram ao crescimento da economia, o reforço das medidas sociais, a baixa efetiva dos impostos para as famílias e para as empresas, o aumento do investimento público e o clima de paz social, de estabilidade e de confiança, condições base de uma sociedade.

Numa alusão às eleições que se avizinham, Miguel Albuquerque referiu que os madeirenses são um povo trabalhador, gostam da sua liberdade e da sua paz social e desconfiam daqueles que “prometem tudo a toda a gente”. Não vão por isso “votar em personagens” que vivem do “exibicionismo” e da “demagogia”. “Personagens que num dia dizem uma coisa e no outro dia dizem outra.”

Em suma, “não vão votar numa montagem publicitária” montada pelo PS com a ajuda de Lisboa, caracterizando-a como uma espécie de filme de terror uma governação com personagens como Avelino da Conceição ou Emanuel Câmara, que pode acabar em “tragédia”. “Esta ameaça real está em cima de nós para o futuro”, alertou, salientando que nada mudou em termos de esquerda local nos últimos 42 anos, que mantém “o servilismo” de sempre e não tem “uma ideia própria” para o futuro da Madeira. Precisam que os senhores de Lisboa lhes venham dizer como governar, um “rol de professores que aqui vêm para ensinar os meninos a comer a sopa porque eles não a conseguem comer sozinhos”.

Miguel Albuquerque desafiou ainda o Primeiro-Ministro a vir dizer porque chumbou o passe sub 23, porque não baixou os impostos e não repôs a carreira dos professores, à semelhança do que foi feito na Madeira. “Aquele país cor de rosa, criado pelas esquerdas, é uma ficção e um logro”, disse, sublinhando que há muitos anos que Portugal não estava tão mal. Considerou ainda “ridículo e patético” que o PS venha falar do serviço de saúde regional quando o Serviço Nacional “está a dar o berro” e na “eminência de colapsar”.

O Congresso Regional foi um momento de “mobilização e unidade” e contou com a participação de 450 delegados. Em dezembro, Miguel Albuquerque foi reeleito presidente do PSD/Madeira com 98,4% dos votos dos militantes. Na sessão de abertura, dia 19, Miguel Albuquerque pediu ainda uma salva de palmas para o presidente honorário do partido, Alberto João Jardim, que governou a Madeira durante 38 anos. “Peço uma saudação a este grande madeirense, Dr. Alberto João Jardim, por tudo o que fez pelo nosso partido e pelo nosso povo”, pedido que foi seguido, de pé e de forma demorada, por uma plateia de mais de 700 militantes.







Conselho Nacional aprova moção de confiança

## “CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA” PARA GANHAR ELEIÇÕES

O Conselho Nacional aprovou, dia 17, a moção de confiança à Comissão Política Nacional, com 75 votos a favor, 50 contra e um nulo (votaram 126 conselheiros nacionais, por escrutínio secreto). A reunião do órgão máximo entre congressos, que arrancou num hotel no Porto, pelas 17h00 de quinta-feira e se prolongou por onze horas, mostrou a vitalidade do PSD. Depois de se conhecerem os resultados, o Presidente do PSD apelou para que todos os militantes “remem todos no mesmo sentido”. O objetivo é ganhar eleições em 2019: europeias, regionais e legislativas.

“Neste momento, já é claro que o PS pode perder as próximas eleições, o que ainda não é claro é que o PSD as possa ganhar. Isso é o que nós temos que fazer, é essa a tarefa que temos pela frente. Metade está feita, o PS pode perder, agora nós temos que construir a possibilidade de a ganhar. E espero que a partir de agora remem todos no mesmo sentido para ver se o PSD recupera”, afirmou.

Rui Rio considera que com este resultado sai reforçado para prosseguir “o caminho de construir uma alternativa ao governo PS”. “Eu legitimidade para liderar o partido tive sempre, porque ganhei as diretas, agora naturalmente face a este tumulto que houve recentemente, este resultado é um resultado importante, porque é um resultado um pouco superior, apesar de tudo, àquele que tive nas diretas. Eu tive cerca de 55% e agora cerca de 60%, portanto, é naturalmente uma ajuda”, sublinhou. “Mas, acima de tudo o que era preciso é que agora houvesse uma paz no partido para que nós pudéssemos fazer o papel que nos compete de construir uma alternativa ao governo do PS”, acrescentou.

O Presidente do PSD revelou ainda que fazer oposição em cima de eleições é “um pouco diferente”. “Decidi manter a estratégia porque a estratégia tem etapas. A dois anos de eleições é uma coisa, a um ano de eleições é outra, o que se faz em cima de eleições é outra



ainda diferente. Nós vamos ter eleições para o Parlamento Europeu já agora em maio, naturalmente a forma de fazer oposição é um pouco diferente em cima de eleições. Tudo isto tem uma lógica. Isto não pode ser a política do bota abaixo permanentemente, nem as pessoas aceitam isso”, sublinhou.

Rui Rio espera que todos possam trabalhar no mesmo sentido. “Quem não quiser, quem não se sentir completamente à vontade, tem essa liberdade. Eu não posso pedir. Agora o que eu posso pedir é que as pessoas deixem fazer o trabalho com alguma tranquilidade e não haja permanente ruído como tem havido porque, assim, naturalmente não é possível. Eu penso que este Conselho Nacional e esta moção de confiança para esse feito é clarificadora e, portanto, é isso que agora eu espero que aconteça”, declarou.







O Presidente do PSD recebeu a Fundação AIP

## OS PORTUGUESES ESTÃO A PAGAR “DO BOLSO” MÁ GESTÃO DA CGD

Rui Rio considera que “a hipocrisia tem limites”, pelo que os partidos de esquerda não podem mostrar-se incrédulos perante os resultados de uma auditoria à gestão da Caixa Geral de Depósitos (CGD). O Presidente defende que o resultado desta auditoria “merece seguramente uma investigação” por parte do Ministério Público e a intervenção imediata do regulador, o Banco de Portugal.

De acordo com o Presidente do PSD, os portugueses estão a pagar as consequências das práticas de gestão danosa do banco público. “Isto traduzido para as pessoas são milhares e milhões de euros. Tudo isto tem uma tradução direta no bolso dos portugueses, tudo isto obrigou a uma recapitalização da Caixa; o dinheiro público só tem uma fonte: são os impostos dos portugueses”, assinalou.

Rui Rio contesta ainda a reação incoerente dos partidos da esquerda. “O primeiro ponto que deve ser sublinhado é que os partidos que estão muito indignados, o BE, o PCP e o PS foram os mesmos partidos que decidiram encerrar a Comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos e que não permitiram aquilo que eles dizem que deve ser feito. A hipocrisia tem limites. Foram eles não permitiram que o Parlamento continuasse”, declarou.

O líder do PSD lembra que “alguns créditos foram concedidos de forma normal, provavelmente, muitos deles não foram de uma forma clara, limpa e normal”.

O Presidente do PSD, que recebeu, na terça-feira, a Fundação AIP, na sede nacional, em Lisboa, quer, por isso, o apuramento até às últimas consequências das práticas de gestão do banco estatal e aponta mais um exemplo de “irresponsabilidade política”. “O caso da CP é um caso de irresponsabilidade política, em que se empurra com a barriga para a frente e já vai em 600 e tal milhões de euros, mas tudo o mais carece de investigação. Com isto não estou a dizer que tudo está mal, mas muita coisa teve de estar errada, senão não chegávamos a este patamar”, destacou.

No ano passado, o Presidente do PSD reiterou por diversas vezes que o País tinha o direito de conhecer a lista dos 50 maiores devedores, singulares ou empresariais, da Caixa. Uma posição que mereceu, aliás, um requerimento que deu entrada em 3 maio de 2018, no Parlamento, com os deputados do PSD a solicitarem essa informação à administração do banco público.





# PRIMEIRA REUNIÃO NACIONAL DAS COMISSÕES DE AUDITORIA FINANCEIRA

No passado dia 19 de janeiro de 2017, teve lugar em Aveiro a primeira reunião nacional das Comissões de Auditoria Financeira, que contou com a presença tanto da Comissão Nacional de Auditoria Financeira como de vários membros de Comissões Distritais de Auditorias Financeiras: no encontro, foi destacado o papel fundamental das Comissões de Auditoria Financeira para a organização administrativa e financeira do partido.

As Comissões de Auditoria Financeira são obrigatórias, ao abrigo do 13.º da Lei do Financiamento dos Partidos Políticos, que estabelece o seguinte quanto à Fiscalização Interna:

«1 - Os estatutos dos partidos políticos devem prever órgãos de fiscalização e controlo interno das contas da sua atividade, bem como das contas relativas às campanhas eleitorais em que participem, por forma a assegurarem o cumprimento do disposto na presente lei e nas leis eleitorais a que respeitem.

2 - Os responsáveis das estruturas descentralizadas dos partidos políticos estão obrigados a prestar informação regular das suas contas aos responsáveis nacionais, bem como a acatar as respetivas instruções, para efeito do cumprimento da presente lei, sob pena de responsabilização pelos danos causados.»

Nos termos do n.º 3 do art. 28º do novo Regulamento Financeiro do PSD, aprovado pela Comissão Política Nacional a 09-01-2019, as Comissões de Auditoria Financeira irão iniciar em 2019 um Plano Nacional de Auditorias no PSD.

Mais se informa que a Comissão Nacional de Auditoria Financeira (CNAF) encontra-se a terminar auditorias às estruturas autónomas (JSD, ASD e TSD) e irá realizar ainda em 2019 auditorias às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No âmbito do Plano Nacional para 2019, pretendem-se englobar auditorias às estruturas Distritais, a realizar preferencialmente por cada Comissão Distrital de Auditoria Financeira (CDAF) no respetivo Distrito.

**CONFERÊNCIAS**  
**nós ea europa**

Tema: Recursos da União Europeia e Fundos Estruturais  
Évora Hotel | ÉVORA

24 DE JANEIRO | 18h00

COM O APOIO DE  
Konrad Adenauer Stiftung

28 DE JANEIRO, 21H00  
JUNTA DE FREGUESIA DE ERMESINDE

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO  
*Descentralização de Competências - A Educação -*

ORADORES:

- Margarida Mano  
Vice-presidente da Comissão Parlamentar do PSD
- Virgínia Varandas  
Diretora do Agrupamento de Escolas de Campo
- Álvaro Pereira  
Diretor do Agrupamento de Escolas de Ermesinde

ABERTO AO PÚBLICO



# DAR CREDIBILIDADE À POLÍTICA

As elevadas taxas de abstenção nos atos eleitorais constituem, a meu ver, o mais corrosivo fator da democracia representativa. Nas legislativas de 2015, a abstenção andou pelos 44% e já tinha sido de 42% nas de 2011. Nas autárquicas, a maior proximidade física aos candidatos e aos problemas em debate, puxa estes valores um pouco para baixo, mas mesmo assim ainda com taxas nas proximidades dos 40%. No Parlamento Europeu já há muito que são mais os que não votam do que os que votam, com taxas de abstenção acima dos 60% desde há várias eleições atrás.

Esta tendência, por sinal crescente, traduz, de forma inequívoca, um afastamento dos eleitores face à política. Se não formos capazes de a inverter, estaremos a caminhar a passos largos para um precipício de profundidade desconhecida. Temos, assim, que descobrir as causas de um tal comportamento por parte dos eleitores, para podermos reagir enquanto sistema político.

O tema é, naturalmente, suscetível de interpretações diversas, não necessariamente consensuais. Há, porém, uma que me parece evidente: a descredibilização da política, decorrente do comportamento errático, contraditório, palavroso, demagógico e enganador de muitos dos agentes da chamada classe política. A que se somam, infelizmente, situações de falta de carácter e de incompetência. Não incluo nesta tipologia de comportamentos a corrupção, por ter outro tipo de contornos, apesar de ter um contributo letal para a descredibilização da política. Estes casos não são, felizmente, a maioria; longe disso. Todavia, na sociedade mediática em que vivemos, basta uma parte prevaricar, por mais minoritária que seja, para destruir a imagem do todo.

Dou dois exemplos recentes de comportamentos erráticos e incoerentes, um passado no Reino Unido, outro em Portugal. Não fosse a cobardia de David Cameron em enfrentar os eurocéticos do seu Partido Conservador e o medo de perder votos para Partido Nacionalista UPIK e não teríamos hoje o imbróglio do "Brexit", com as consequências que se temem para todas as partes envolvidas. Cá pela nossa terra, depois de Passos Coelho ter aumentado, com enorme sacrifício e custos políticos, o horário da Função Pública de 35 para 40 horas, equiparando-o, assim, ao sector privado, António Costa reverteu a medida logo que chegou ao poder. Num país já tão excessivamente dicotómico, com os servidores do Estado a terem, em geral, uma situação mais vantajosa do que os trabalhadores do sector privado, que outra razão moveria tal decisão para além da fatura a pagar aos seus parceiros da geringonça para chegar ao poder? Sentido de Estado, preocupação pelas gerações futuras, equidade de condições de vida e de rendimento entre portugueses...essas não são, seguramente, contas do seu rosário!

Sem querer ofender ninguém, estou hoje profundamente convencido de que uma das grandes razões deste afastamento dos cidadãos da política, assim como do nosso atraso económico e social, decorre em boa medida da falta de carácter e de sentido de Estado de uma boa parte da classe política, especialmente da do topo.

Conheço Rui Rio há muitos anos. Goste-se ou não do estilo, é um homem de forte carácter, corajoso, competente e profundamente coerente. Não navega em meias tintas, não tem duplicidade ou equívocos de carácter, não mente nem se contradiz, fala terra



a terra com as pessoas e diz o que tem a dizer, sem rodeios. Por tudo isso, não tenho dúvidas de que irá ter o voto de uma boa parte daqueles cidadãos que deixaram de votar por terem perdido o respeito à classe política - e que são, porventura, a maioria dos abstencionistas. E porque ele faz claramente a diferença nesta matéria, o sucesso eleitoral que lhe auguro, não será apenas seu ou do PSD, mas de todo o sistema democrático.

## Arlindo Cunha

Coordenador da Agricultura, Alimentação e Florestas do CEN

### Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**



# GOVERNO IGNORA TRANSPORTES FLUVIAIS PARA O BARREIRO

O presidente da distrital de Setúbal do PSD acusa o Governo de estar a adiar a resolução dos problemas da Soflusa, empresa que assegura a ligação fluvial entre o Barreiro e Lisboa. “Novamente, o PS continua a adiar a resolução do problema da Soflusa. Supressões de carreiras sem aviso prévio, embarcações sobrelotadas, atrasos constantes que causam grandes constrangimentos a milhares de pessoas”, afirmou Bruno Vitorino, em comunicado.

Na última quinta-feira, o Governo aprovou o plano de renovação da frota da Transtejo, com a compra de dez novos barcos. Contudo, para a distrital do PSD, o Governo não se pode esquecer que, em 2017, “também em vésperas de eleições”, o primeiro-ministro, António Costa, “esteve no Barreiro a prometer a resolução dos problemas da Soflusa”.

Além disso, Bruno Vitorino indicou que a ligação entre o Barreiro e Lisboa “é a que movimenta mais passageiros entre as duas margens do Tejo”, mas tem sido “constantemente ignorada”.

“Apesar de o Governo ter dado a entender que haveria um reforço da frota para a Soflusa, tal não se concretiza. Será que o que se passa no Barreiro não merece a atenção do Governo?”, questionou.



## PSD LAMENTA ENCERRAMENTO DAS ÁGUAS DO CARAMULO

O PSD de Oliveira de Frades e a União de Freguesias de Arca e Varziela criticam a decisão do Super Bock Group de encerrar o Centro de Produção das Águas do Caramulo. “Esta será, por parte da empresa que detém as principais marcas de águas lisas, uma ação estratégica do ponto de vista comercial e empresarial, numa lógica de otimização de recursos”, referem, num comunicado conjunto.

O PSD e a união de freguesias lamentam que o Super Bock Group ignore “toda a responsabilidade de uma unidade na vertente económica e social”, lembrando que a empresa está instalada em Varzielas há 40 anos, “retirando os máximos dividendos dos recursos naturais” das nascentes.

O Super Bock Group (antiga Unicer) anunciou que vai encerrar, em fevereiro, o centro de produção do Caramulo, onde trabalham 26 pessoas.

Segundo o PSD e a União de Freguesias de Arca e Varziela, “as Águas do Caramulo sempre se distinguiram pela alta qualidade, pureza e leveza e são uma das águas lisas mais conhecidas em Portugal”. “A ser verdade, a queda de volume de vendas da marca só pode ser consequência de uma atitude deliberada da empresa de desvalorização e falta de promoção, visando o encerramento desta unidade, que era já falado”, apontam.

**Reunião do Município**

27.01.2019 | 16h00 às 18h00 | Sede PSD Alcochete



## Comunicado do PSD de Vila Nova de Gaia

# “TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA SÃO UM LEGADO” SOCIAL-DEMOCRATA

Os autarcas do PSD nas Assembleias de Freguesia de Vila Nova de Gaia suscitaram dúvidas sobre o procedimento legal para a assinatura de protocolos de transferência de competências, acordos de execução e comparticipações financeiras entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e entre estas e entidades terceiras (associações, clubes e IPSS).

A lei dispõe que é competência da Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia, “autorizar a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução, a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza às instituições dedicadas ao desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas”.

As Juntas de Freguesia, “todas do PS, retiraram esta competência às Assembleia de Freguesia, fazendo aprovar, a par do Plano e Orçamento para 2019, um pedido de autorização genérico que, no entender dos próprios, lhes confere o direito de celebrar quaisquer daqueles protocolos, sem a autorização deste órgão”, acusa o presidente do PSD de Vila Nova de Gaia.

José Cancela Moura considera que o PSD “não aceita passar cheques em branco” a uma maioria socialista, que “do alto da sua soberberia, nunca dá margem a qualquer debate ou discussão”. Por essa razão, um dos grupos de autarcas do PSD, de uma freguesia, recorreu ao Tribunal Administrativo para suscitar o esclarecimento do assunto, tanto mais que está em causa a negação da função fiscalizadora das assembleias de freguesia.

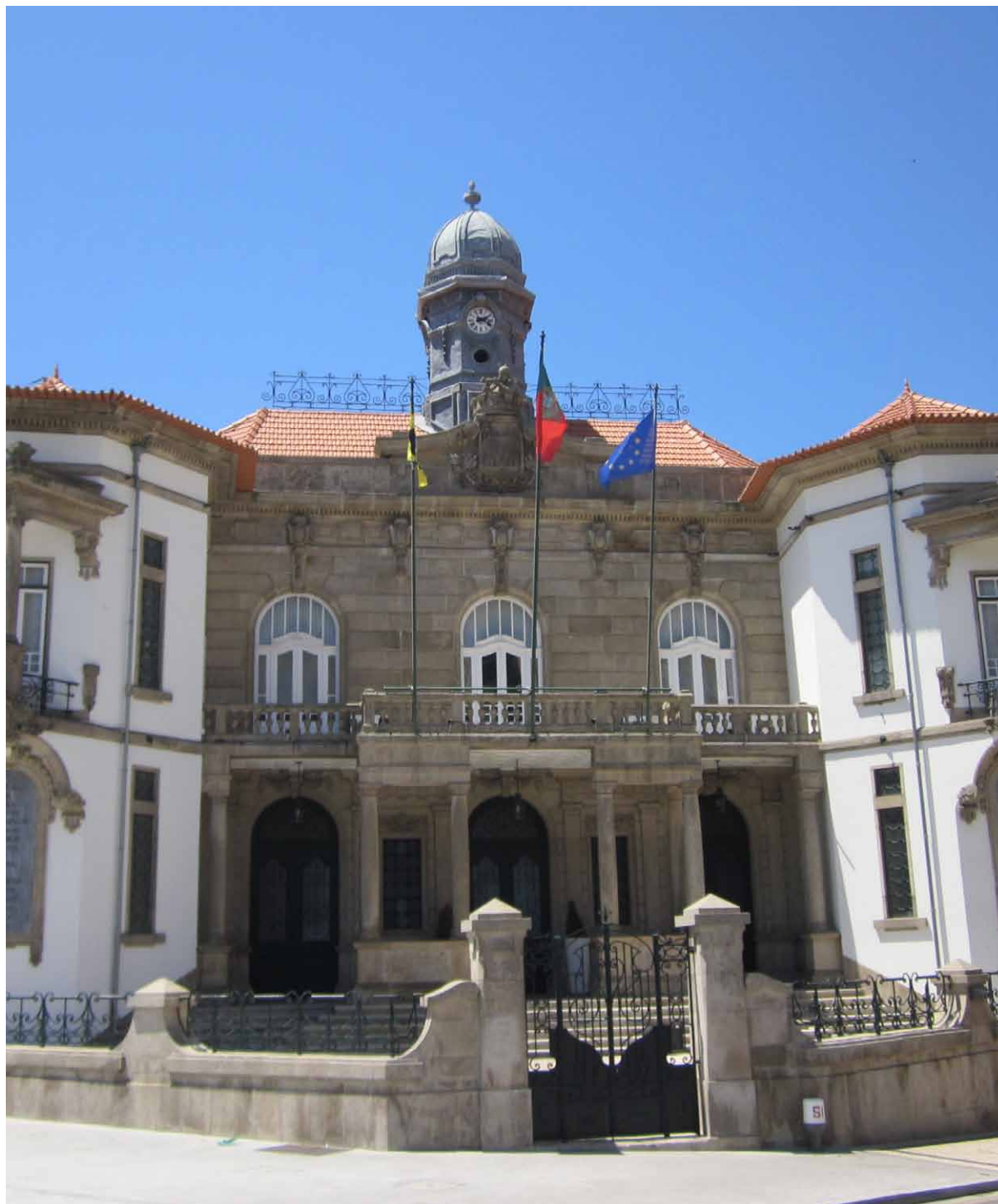
Cancela Moura lamenta que a “coberto do ridículo, e provavelmente por falta de coragem de cumprir com o prometido, os 15 presidentes de junta do PS, que em tudo obedecem ao presidente da Câmara, dirigiram uma carta de ‘queixinhas’ ao presidente da Distrital do PSD Porto contra o PSD Gaia, num chorrilho de lamúrias e disparates, sobre as dificuldades financeiras das juntas”. “Onde é que já se viu um pedido tão patético? Sobretudo quanto a um procedimento, cuja responsabilidade só depende dos próprios, que não dependem de ninguém para decidir. Julguem os gaienses”, acrescenta o PSD em comunicado.

O líder da Secção do PSD de Vila Nova Gaia, também vereador, frisa que “as transferências para as juntas de freguesia são um legado do PSD, que as reforçou de forma considerável, muito para além do parco contributo do Orçamento de Estado”.

As freguesias do concelho de Gaia acabaram 2013, último ano de mandato do PSD, a receber da Câmara Municipal, 2 milhões de euros e iniciaram 2014, já com a gestão do PS, a receber apenas 1 milhão e 200 mil euros, ou seja, quase metade.

José Cancela Moura assinala que “nunca como agora, as juntas de freguesia recorreram tanto a empréstimos bancários, para acudir à gestão corrente, como aconteceu recentemente com as Juntas de Freguesia de Oliveira do Douro e da Madalena”.

“Aquela carta é, por isso, um exercício de mera hipocrisia dos presidentes de junta. Recebem agora metade do que antes recebiam e nem reclamam. E



não têm opinião. Andam à ordem de quem manda. O presidente da Câmara, ainda sobre esta matéria, bem sabe que falta à verdade, quando acusa o PSD de votar contra tudo e contra todos”, sublinha.

O PSD e os autarcas social-democratas no concelho nunca votarão “contra a isenção de taxas, dispensas de pagamento ou comparticipações financeiras a favor de quaisquer associações, clubes, IPPS, escolas, bombeiros, paróquias ou Juntas de Freguesia, bem sabendo que, muitas vezes, até existem dois pesos e duas medidas”.

A posição do PSD será sempre a mesma. “Desde o início do mandato e até dezembro de 2018 a Câmara Municipal tomou 2.101 deliberações. O PSD votou

favoravelmente 1.606, absteve-se em 465 decisões e votou contra, em apenas 30 ocasiões. E, nestes casos, sempre por motivos óbvios e devidamente fundamentados. Por exemplo, contra os orçamentos e as contas de uma gestão de que o PSD não é responsável; contra as centenas de milhares de euros que a Câmara dá anualmente aos jornais locais para publicidade e para festas, que naturalmente lhes retira a isenção e independência que deveriam ter; contra as reduções de impostos em décimas que a Câmara aprova, como no IMI, quando defendemos uma verdadeira redução de 10%, para que riqueza do concelho possa ser distribuída por todos”.

“Na política, como na vida, não vale tudo! Haja decoro!”, conclui Cancela Moura.



# ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PORTO

Decorreu na passada segunda-feira, na Maia, a Assembleia Distrital do Porto, iniciativa de arranque distrital para um ano repleto de atividade política. O ponto inicial foi dedicado às informações, onde foi dada ênfase à vasta atividade política, não só da equipa liderada por Alberto Machado, mas também aos eventos realizados pelas diferentes secções do distrito. Ainda neste ponto foi apresentado o plano de formação da Comissão Política Distrital, que pretende ser inovador, criando um banco de formadores e um conjunto de formações base, que permitirão às secções, núcleos ou estruturas autónomas terem um produto “chave na mão”, ficando à sua responsabilidade apenas a logística e a divulgação. Qualquer militante pode inscrever-se como formador, ficando, depois do processo de certificação, disponível para dar o seu contributo.

No ponto seguinte, foi dada a palavra ao convidado Pedro Rodrigues, que fez uma apresentação do “PSD 4.0 – Reforma do sistema político e eleitoral, e revisão estatutária do PSD”, onde o orador, que é também o coordenador nacional desta revisão, pôde explicar aos presentes o objetivo deste trabalho, que consiste em adaptar não só os estatutos do partido, mas também o próprio sistema político e eleitoral às novas realidades.

No ponto da análise da situação política, Alberto Machado caracterizou os últimos tempos da atividade política nacional, com especial incidência na política interna, onde o Concelho Nacional da passada semana teve um especial destaque.

O presidente do PSD/Porto, Alberto Machado, explicou o seu sentido de voto na moção de confiança apresentada pela Comissão Política Nacional, considerando desajustado no tempo e na forma o desafio lançado por Luís Montenegro. O voto favorável na moção de confiança traduziu uma atitude refletida e sensata, baseada na responsabilidade política e no princípio do cumprimento dos manda-



tos. A inoportunidade face à iminente apresentação do cabeça de lista às eleições europeias e ao consequente início do período de pré-campanha eleitoral, acrescido do precedente criado com a possibilidade de qualquer militante poder desafiar uma liderança, qualquer que ela seja, nacional, distrital, concelhia ou outra, colocaria o PSD numa situação de fragilidade, de consequências imprevisíveis.

Alberto Machado manifestou confiança dos órgãos distritais ao presidente do partido, bem como apresentando a disponibilidade de continuar a trabalhar com o propósito de obter vitórias eleitorais no ano que se avizinha.

Outra temática abordada foi o processo de descentralização e transferência de competências em curso, que confi-

gura uma clara demonstração do que tem sido a ação do Governo. São evidentes as enormes falhas na comunicação e na articulação com os Municípios, a incapacidade de cumprimento de prazos e a falta de cultura de compromisso, nomeadamente no que respeita ao cumprimento integral da Declaração Conjunta entre o PSD e o Governo.

Foi ainda dada a palavra aos militantes, que de acordo com a democraticidade e pluralidade de opiniões foram dando os seus contributos, sendo que a clara maioria das opiniões foi favorável ao rumo traçado pelo partido, principalmente depois da clarificação do Conselho Nacional da passada semana, e de que o partido se deve unir em função dos objetivos comuns.

## JSD/VILA NOVA DE GAIA REALIZA CONFERÊNCIA SOBRE MOBILIDADE

A conferência “A Mobilidade na Área Metropolitana do Porto – que desafios?” decorreu no dia 12 de janeiro de 2018, na sede concelhia do PSD/JSD Vila Nova de Gaia, com o objetivo de promover o debate entre jovens sobre as questões que se prendem com o tema da Mobilidade. Esta iniciativa



foi moderada pelo Presidente da Comissão Política da JSD Gaia, Pedro Dantas, e contou com os seguintes oradores: Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD e Presidente da Câmara Municipal de Ovar; José Alberto Rio Fernandes, professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e presidente da Associação Portuguesa de Geógrafos; Teotónio dos Santos, administrador dos Transportes Urbanos de Braga (TUB).

Nesta Conferência estiveram presentes mais de 30 jovens das diversas freguesias do município de Vila Nova de Gaia.

Esta iniciativa, inserida na agenda política da JSD Gaia, foi o culminar de um trabalho iniciado em setembro de 2018, com um inquérito efetuado a cerca de 300 jovens gaienses e com a apresentação, em dezembro de 2018, no III Congresso Distrital da JSD Porto, da Moção Setorial intitulada “A Mobilidade na Área Metropolitana do Porto”, que incluía várias conclusões do inquérito, a qual foi aprovada por unanimidade.

## HABITAÇÃO E ARRENDAMENTO EM DEBATE NA MAIA



A JSD/Maia tem promovido um conjunto de conferências intituladas “À conversa com...”. No passado sábado, foi realizado mais uma iniciativa, desta vez subordinada ao tema “Habitação e arrendamento: que futuro?”

As convidadas desta “conversa” foram Márcia Passos, advogada e autarca, desempenhando atualmente funções na mesa da Assembleia Municipal da Maia; e Sofia Matos, igualmente advogada e atual Presidente da JSD/Distrital do Porto, bem como secretária-geral da Comissão Política Nacional da estrutura de Juventude do PSD.

Durante a sessão, foram abordadas as temáticas do mercado imobiliário, o regime legal do arrendamento, a fiscalidade imobiliária e o arrendamento jovem.

Depois das intervenções iniciais foi aberto o debate, que foi bastante participado e esclarecedor.



# JANTAR DE REIS DO NÚCLEO DE ÁGUAS SANTAS/PEDROUÇOS



Decorreu no passado dia 18 de janeiro de 2019 o tradicional Jantar de Reis do Núcleo de Águas Santas/Pedrouços. Naquele que é o mais antigo núcleo em funcionamento na Maia, e um dos mais antigos do País, este evento já faz parte da história e tradição do PSD local e reuniu mais de uma centena de militantes destas duas freguesias.

Além desta grande participação de militantes e dirigentes do Núcleo, estiveram presentes e entrevistaram o presidente da Câmara Municipal da Maia, António Silva Tiago; o presidente da Assembleia Municipal, António Bragança Fernandes; o vice-presidente da Comissão Política Distrital do Porto Alberto Fonseca; o secretário da Secção do PSD Maia, Orlando Leal; o vice-presidente da JSD/Maia, António Afonso; a coordenadora das MSD da Maia, Olga Freire; e o claro o presidente do Núcleo, Ivo Ribeiro.

Ficou, mais uma vez, demonstrada a dinâmica desta estrutura residencial que continua a apostar numa política de proximidade entre eleitos e militantes.

**CEN**  
CONSELHO ESTRATÉGICO  
NACIONAL

**ENSINO SUPERIOR**  
UMA ESTRATÉGIA PARA  
A DÉCADA



# PSD RESPONSABILIZA GOVERNO REGIONAL POR FALTA DE OPERAÇÃO NOTURNA NO AEROPORTO DA HORTA

A bancada do PSD na Assembleia Municipal da Horta acusou o governo regional de ser “o principal responsável pela falta de operação noturna no Aeroporto da Horta, uma das razões para os cancelamentos de voos da Azores Airlines com destino àquela ilha”.

A posição social-democrata surge na sequência da resposta da ANA – Aeroportos de Portugal, a um requerimento daquele grupo municipal, na qual a concessionária da infraestrutura aeroportuária do Faial declara que “nunca foi informada” pela SATA/Azores Airlines “de qualquer razão impeditiva da realização de voos noturnos no Aeroporto da Horta”.

Laurénio Tavares, membro da direção da bancada municipal, lembra que “o Aeroporto da Horta está certificado para a operação noturna”, o que é confirmado na resposta da empresa, e afirma que “se o governo invoca obstáculos à realização de voos noturnos, mas nunca os transmitiu à concessionária, então a responsabilidade é do governo, que por desinteresse ou por opção consciente, tem permitido que a situação se arraste no tempo, com claro prejuízo para as acessibilidades ao Faial”, afirmou.

Os social-democratas faialenses criticam o governo regional por “condicionar, há muitos anos, o desenvolvimento da ilha. E dão como exemplo a redução de 14 ligações semanais na rota Lisboa-Horta em julho e agosto de 2014 (TAP), para 10 ligações em julho e agosto de 2015 (Sata/Azores Airlines)”.

“Essa diminuição tem causado enormes dificuldades, a que acrescem ainda outros constrangimentos, como o cancelamento frequente de voos quando há atrasos no voo da tarde de Lisboa para a Horta, com o argumento de que a aterragem ocorreria depois do



pôr-do-sol, precisamente por falta de operação noturna no aeroporto”, refere Laurénio Tavares.

O social-democrata, que é também membro da comissão política de ilha, informou ainda que a estrutura liderada por Carlos Ferreira “já deu instruções aos

seus órgãos para tomarem todas as medidas possíveis para o esclarecimento cabal das responsabilidades e, acima de tudo, para garantir a melhoria das acessibilidades à ilha do Faial”.

## PSD/AÇORES PEDE PROMOÇÃO PERMANENTE DO QUEIJO DE SÃO JORGE

O presidente do PSD/Açores defende a implementação de uma campanha de “marketing” “contínua”, com apoios públicos, do queijo de São Jorge, alegando que a promoção de um “produto de excelência” não se pode limitar a iniciativas “pontuais”. “O PSD propõe que haja uma campanha de ‘marketing’ e divulgação do queijo São Jorge de forma contínua e efetiva. Sempre que há uma campanha de ‘marketing’, como aconteceu há cerca de um ano, a saída do produto é praticamente imediata, segundos os dados que nos foram apresentados pela indústria”, afirmou Alexandre Gaudêncio, citado em nota de imprensa dos social-democratas açorianos.

O líder do PSD do arquipélago reuniu-se, dia 14 de janeiro, na ilha de São Jorge com a direção da União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge (Uniqueijo).

Alexandre Gaudêncio valorizou uma campanha de há um ano, “com apoios públicos, que gerou resultados muito positivos”, mas que “teve um efeito que se limitou àquele período e sem repercussões nos períodos seguintes”.

Nesse sentido, prosseguiu, é necessário “continuar a aumentar a notoriedade” do queijo da ilha, “cabendo às entidades públicas apoiar campanhas de ‘marketing’ e ajudar a divulgar este produto de excelência no exterior”. “Se nós estivéssemos no governo regional estaríamos a fazer uma campanha agressiva de divulgação do queijo São Jorge no exterior da Região, pois trata-se um produto que deixa grande retorno na economia da ilha”, assegurou.

No final de uma visita de dois dias à Ilha de São Jorge, o líder social-democrata alertou ainda para os problemas que afetam a população da ilha na área da Saúde, nomeadamente a “falta de consultas da especialidade”.

Alexandre Gaudêncio alertou ainda para o “número insuficiente de lugares na operação da SATA Air Açores nos meses de verão, o que prejudica os residentes e os turistas”.



# UMA VISÃO A PARTIR DE TRÁS-OS-MONTES PARA A REFORMA DO ESTADO

É com muito gosto que participo no nosso jornal, o "Povo Livre".

Deixei o Litoral, de que continuo a gostar muito, e regressi à minha terra, ao meu concelho, Vimioso, para dar o meu contributo, o qual, politicamente, faço desde 2002.

A experiência autárquica tem sido absolutamente enriquecedora e tem permitido assistir, em primeira fila, ao agravamento das desigualdades territoriais que têm uma consequência trágica – o abandono dos territórios. A verdade é que, ao despovoamento do interior, tem correspondido o acumular de problemas nos grandes centros urbanos. Também o Litoral, entenda-se as grandes cidades, nada têm ganho com este fenómeno.

Os desequilíbrios regionais deviam, pois, sobressaltar-nos a todos. Infelizmente assim não é porque o centralismo continua a ser alimentado por todos quantos vivem dele. Sabemos que são muitos e com muito poder.

É, hoje, unanimemente reconhecido que uma das maiores conquistas e um dos maiores sucessos do 25 de Abril foi o poder local democrático.

Os factos são inquestionáveis. As Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia têm uma história de sucesso, bem mais observável nos territórios do interior, pelo simples facto de que são elas as principais responsáveis pelo investimento público que tem proporcionado aos cidadãos, que aqui vivem, qualidade de vida. Sim, no interior, nos pequenos concelhos, há verdadeira qualidade

de vida. Faltam oportunidades, entenda-se emprego para que os mais jovens possam, aqui, usufruir dessa qualidade.

A questão impõe-se: se temos tantos e tão graves desequilíbrios regionais, se as autarquias (poder local) respondem, no âmbito das suas competências, à função para que foram criadas, onde reside o problema?

Hoje é fácil reconhecer que o problema está no Estado Central e, portanto, na urgência de, uma vez por todas, instituir um Estado Regional, um verdadeiro e forte nível intermédio entre o Governo e as autarquias.

A instituição de regiões já virá tarde, mas "mais vale tarde do que nunca". Não existam dúvidas, a regionalização será um caso de sucesso. Regionalização não tem de significar e não deverá significar mais cargos políticos.

A implementação de regiões deve ser feita no âmbito de uma reforma do Estado mais ampla que envolva Estado Central e Local (autarquias) numa organização que sem aumentar a despesa e os cargos políticos, sirva melhor as populações e promova uma real coesão territorial.

A urgência desta minha posição fica bem demonstrada no Programa Nacional de Investimentos 2030 apresentado pelo Governo na Assembleia da República. Não é mais do que uma desenfreada provocação ao interior e em particular ao distrito de Bragança. A reprogramação do atual quadro comunitário e a "distribuição de verbas" é uma descarada bofetada ao interior. Se houvesse regionalização seria assim? Com toda a certeza não. Portu-



gal é e será um país uno, temos uma longa história. Mas estamos a construir vários Portugais. Territórios sem gente ficarão irremediavelmente abandonados e os custos, para o país, serão incomensuráveis. A regionalização reforçará a identidade das regiões e, portanto, também a identidade nacional. Hoje, não há províncias, hoje não há distritos, hoje as CIM não são unificadoras.

Amanhã as consequências serão incontornáveis. É tempo de agir, e já.

## Jorge Fidalgo

Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Bragança



**CEN** CONSELHO  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
**1ª CONVENÇÃO**



## CONVITE

Exmo(a) Senhor(a),

O Presidente do PSD convida-o(a) a estar presente na **I Convenção Nacional do Conselho Estratégico Nacional (CEN)**, a partir das **15h30** do dia **16 de fevereiro**, no **Europarque** (Santa Maria da Feira).

Entre as **15h30** e as **17h30**, decorrerá o debate "**Portugal Hoje e Amanhã**", moderado por **Filipa Roseta** e com a participação de **Daniel Bessa, Helena Freitas, Margarida Corrêa de Aguiar** e **Miguel Cadilhe**.

Pelas **18h**, acompanhe a sessão de **encerramento**, a cargo do Presidente do Partido, **Rui Rio**.

Contamos consigo para continuar a afirmar a força do PSD em Portugal.

Confirme a sua presença através do e-mail [secretariogeral@psd.pt](mailto:secretariogeral@psd.pt)

**EUROPARQUE** | 16  
**SANTA MARIA DA FEIRA** | **FEVEREIRO**



# POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

## Durão Barroso no Centro Cultural de Belém



**Programa de Governo do PSD visa tirar o País do impasse e da crise financeira a que foi conduzido pela governação socialista**

centrais

Luis Arnaut promete

**PSD vai lançar "Livro Negro" das sondagens em Portugal**

página 3

Comício em Valpaços

**Durão Barroso diz que como Primeiro-Ministro o Conselho de Ministros reunirá regularmente fora de Lisboa**

página 8

José Eduardo Martins em Setúbal

**É preciso inventariar e caracterizar os resíduos perigosos antes de avançar para a incineração dedicada**

página 2

**Edição n.º 1270 do "Povo Livre" | de 27 de fevereiro de 2002.**

"Durão Barroso no Centro Cultural de Belém: Programa de Governo do PSD visa tirar o País do impasse e da crise financeira a que foi conduzido pela governação socialista". O então Presidente do Partido, José Manuel Durão Barroso, apresentava, em Lisboa, o Programa de Governo do Partido que esteve na base da prática governativa do PSD e que haveria de inspirar o programa do XV Governo Constitucional".



**CONVOCATÓRIAS DO PSD****RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ALMADA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, venho por este meio convocar a Assembleia da Secção de Almada a ter lugar no próximo dia 31 de janeiro (quinta-feira) de 2019, pelas 21h00, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Apresentação e votação das contas respeitantes ao exercício de 2018;
3. Apresentação e votação do orçamento respeitantes ao exercício de 2019;
4. Análise da situação político-partidária.

**ARCOS DE VALDEVEZ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Arcos de Valdevez, para reunir, no próximo dia 2 de fevereiro (Sábado) de 2019, pelas 17h30 na Quinta de Parada, em Arcos de Valdevez, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política local e nacional;
2. Aprovação das contas de 2018;
3. Outros assuntos de interesse.

**Nota:**

Se à hora designada não tiver comparecido o número necessário de militantes, a reunião realizar-se-á meia hora mais tarde.

**ESPINHO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 6 de fevereiro (quarta-feira) de 2019, pelas 21h30, na Junta de Freguesia de Espinho, sita na Rua 23 nº 271 em Espinho, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2018;
2. Apresentação, discussão e votação do Orçamento para o ano 2019;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

**GUARDA**

De acordo com o artº 54º dos Estatutos do PSD e em articulação com a CPS/PSD Guarda, convoca-se a Assembleia da Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 8 de fevereiro (sexta-feira) de 2019, pelas 21h00, no Auditório Centro Social e Cultural de São Miguel, sito na Avenida da Igreja, na Guarda-Gare, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apresentação do Gabinete de Estudos da Secção do PSD Guarda;
2. Análise e discussão da situação político-partidária.

**MIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Mira, para reunir no dia 15 de fevereiro (sexta-feira) de 2019, pelas 21h00, na Sede do Partido, sita nas Galerias de Mira, Ave-

nida 25 de Abril, 1º andar com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Aprovação das contas de 2018;
3. Análise da situação política nacional;
4. Análise situação política local;
5. Outros assuntos.

**MIRANDA DO CORVO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Miranda do Corvo, para reunir, no próximo dia 9 de março (sábado) de 2019, pelas 14h00, na Sede do PSD de Miranda do Corvo, sito na Rua Belisário Pimenta, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção para o biénio 2019-2020.

**Nota:**

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 18h00.

**MONTEMOR-O-VELHO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Montemor-o-Velho, para reunir no dia 30 de janeiro (quarta-feira) de 2019, pelas 21h30, na Associação Filarmónica 25 de Setembro, em Montemor-o-Velho, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Apresentação, discussão e votação das contas anuais do exercício de 2018;
4. Apresentação, discussão e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano 2019;
5. Outros assuntos.

**SANTARÉM**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Santarém para reunir, no Auditório da Casa do Brasil, no dia 23 de fevereiro (Sábado) de 2019, pelas 15h00, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. O futuro da Europa;
2. Outros assuntos.

**SEIXAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 4 de fevereiro (segunda-feira) de 2019, pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Rua do M.F.A. nº 11, Amora com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise e aprovação do relatório e contas do ano de 2018;
3. Análise da situação político-partidária;
4. Outros assuntos.

**TORRES NOVAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção, a realizar na Sede do PSD de Torres Novas no próximo dia 8 de fevereiro (sexta-feira) de 2019, pelas 21h15, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Leitura discussão e votação da ata da Assembleia anterior;
2. Análise da situação política atual.

**TORRES VEDRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Vedras para reunir no próximo dia 31 de janeiro (quinta-feira) de 2019, às 21h00, na Sede sita na Rua 9 de Abril, nº 1-3º Dto, Torres Vedras com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Apreciação e votação das contas referentes a 2018;
4. Apreciação e votação da Proposta de Orçamento para 2019;
5. Outros assuntos.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt

**GONDOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Gondomar para o Plenário Concelhio da JSD Gondomar, a realizar-se no dia 11 de Fevereiro de 2019, pelas 21h30, na sede do PSD de Gondomar, Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional e local;
- 2 – Outros assuntos.

**MAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2019 (quinta-feira), às 21:00 no auditório do palacete da Quinta da Gruta, sito na Rua de João Maia, 540,4475-601 Santa Maria de Avioso, Maia com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação, discussão e aprovação do Plano de Atividades da JSD concelhia da Maia;
- 2 – Recentes alterações legislativas relevantes para os jovens;
- 3 – Análise da situação política actual;
- 4 – Outros assuntos.

**MATOSINHOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio da JSD Matosinhos, para reunir dia 1 de Fevereiro de 2019, pelas 15:00, na sede do PSD/ JSD Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Criação do núcleo de Matosinhos e Leça da Palmeira;
- 3 – Criação do núcleo de Senhora da Hora e São Mamede Infesta;
- 4 – Outros assuntos.

**MURÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio de Murça, para o dia 09 de Fevereiro de 2019, (Domingo) às 15h00 na seguinte morada, Praça 5 de Outubro, 1º andar, 5090-123, Murça, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Situação Política;
- 2 – Apresentação do Plano de Atividades para o ano de 2019;
- 3 – Outros Assuntos.

**PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia do Porto, para reunir em Assembleia ordinária, a realizar no próximo dia 7 de Fevereiro de 2019, pelas 21:30, na Sede do Núcleo



PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

#### PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário eleitoral da Concelhia de Porto de Mós, para o dia 23 de Fevereiro de 2019, (sábado), pelas 16 horas, na Sede do PSD, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo, n.º 2, 2480-340 Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Porto de Mós.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h00m às 18 horas.

#### VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da Concelhia da JSD de Vagos para reunir no dia 23 de Fevereiro de 2019 (Sábado), entre as 18h00 e as 21h00, na Sede do PSD/JSD Vagos, sita na Rua Cândido dos Reis, 440 - R/c Dto, em Vagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Mesa do Plenário concelhio e da Comissão Política da JSD Vagos.

Nota:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao presidente da Mesa do Plenário de Vagos, ou a quem estatutariamente o substitua, a partir das 21h00 até às 23h59m do dia 20 de Fevereiro 2019 (terceiro dia anterior ao ato eleitoral), nos locais indicados, respeitando as normas dos estatutos nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

#### VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Valpaços, para reunir no dia 2 de Março de 2019, na sede concelhia, sita na Avenida 25 de Abril, 22 – 1º Dto 5430 – 420 Valpaços, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia JSD de Valpaços.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Valpaços, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas, no dia 2 de Março de 2019, estarão abertas entre 17h30 e as 19h30.

#### NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Centro Histórico do Porto para Plenário a realizar no próximo dia 2 de Fevereiro de 2019 (sábado), pelas 15h00, no Palacete dos Viscondes de Balsemão, localizado na Praça de Carlos Alberto, nº 71, concelho do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

#### NÚCLEO DA JSD/QUARTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD Quarteira, para reunir no dia 2 de Março de 2019, (sábado), pelas 15 horas, no Centro Autárquico de Quarteira, sito na Rua Vasco da Gama, n.º 85, 8215-507 Quarteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos do Núcleo Residencial da JSD Quarteira.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo, ou a quem o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

As urnas, estarão abertas entre 15h00m e as 17 horas.



#### SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS/AML - DIA 13 FEVEREIRO 2019

Nos termos dos artigos 52º a 54º dos Estatutos dos TSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos/as os/as militantes bancários/as dos TSD de Lisboa/AML, para a eleição da Secção Laboral dos Bancários/AML, que se realizará no dia 13 de Fevereiro das 17h00 às 20h00, com mesa de voto a funcionar no local abaixo indicado.

#### ORDEM DE TRABALHOS

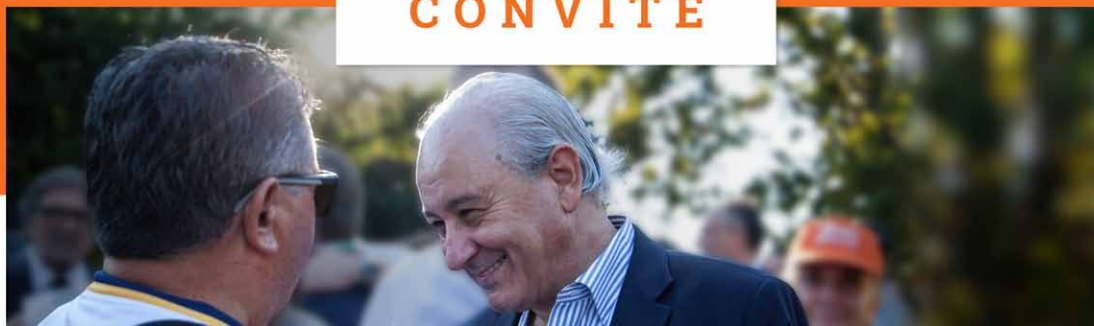
Ponto Único Eleição da Secção Laboral dos Bancários/AML

MESA DE VOTO	DIA DA ELEIÇÃO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS	LOCALIZAÇÃO
LISBOA	13 Fevereiro 2019	17h00 às 20h00	Sede: TSD Lisboa (AML) Praça D. João Bosco, nº3 B Campo de Ourique - Lisboa

Nota:

De acordo com o Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 17h00 do 5º dia útil anterior à data da eleição.

## CONVITE



## FARO

Caros(as) Companheiros(as),

No próximo dia **30 de janeiro**, quarta-feira, pelas **21h00**, terá lugar uma Reunião/Debate aberta a todos os militantes do distrito de Faro, que contará com a presença do Presidente do Partido, **Dr. Rui Rio**.

A ordem de trabalhos terá como ponto único o debate com o Presidente da Comissão Política Nacional do PSD.

A reunião terá lugar na Sede PSD Loulé, Rua Dr Francisco Sá Carneiro, 1, 8100-578 Loulé.

**Contamos consigo.**

## BEJA

Caros(as) Companheiros(as),

No próximo dia **31 de janeiro**, quinta-feira, pelas **21h00**, terá lugar uma Reunião/Debate aberta a todos os militantes do distrito de Beja, que contará com a presença do Presidente do Partido, **Dr. Rui Rio**.

A ordem de trabalhos terá como ponto único o debate com o Presidente da Comissão Política Nacional do PSD.

A reunião terá lugar no Beja Parque Hotel, R. Francisco Miguel Duarte 1, 7800-510 Beja.

**Contamos consigo.**





## CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Decisão do Conselho de Jurisdição Nacional n.º 1 /2019

**Processo n.º 17/2018**

**Espécie:** Impugnação

**Data da decisão:** 07/01/2019

No dia 24 de Outubro de 2018, foi recebido na sede nacional da JSD um pedido de impugnação dirigido a este Conselho, pelo militante Hugo Filipe Ribeiro, militante número 211266, enviado no dia 23 de Outubro de 2018.

O Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN), no dia 25 de Outubro de 2018, exercendo a sua competência de apreciação preliminar, nos termos do disposto nos artigos 56.º, alínea c), do Regulamento Jurisdicional da Juventude Social-Democrata (RJJSD), verificou o preenchimento dos requisitos formais do pedido e determinou a sua apreciação por Secção *Ad hoc*.

A Secção *Ad hoc*, reunida em 19 de Dezembro de 2018, emitiu a seguinte decisão:

### **Dos Factos Provados:**

- No dia 19 de Setembro de 2018, foi publicada em “Povo Livre”, a convocatória para a eleição dos órgãos da Concelhia da JSD de Castelo Branco (Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário Concelhio), ato eleitoral agendado para o dia 20 de Outubro de 2018;
- A referida convocatória indica a morada onde deve decorrer a entrega das listas candidatas, bem como o prazo para o efeito: até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, ou seja, dia 17 de Outubro de 2018;



- No dia 17 de Outubro de 2018, o Requerente deslocou-se à morada indicada na convocatória para, alegadamente, proceder à entrega de uma lista candidata às eleições para os órgãos concelhios;
- O Presidente da Mesa do Plenário não estava presente na morada para receber as listas candidatas, tendo delegado essa função no militante Luís Manuel Nobre de Brito Elvas, militante n.º 232427;
- O militante Luís Elvas, à data, não era membro da Mesa do Plenário Concelhio, nem da Mesa do Congresso Distrital da JSD Castelo Branco;
- O militante Luís Elvas insistiu com o Requerente para que este entregasse os documentos necessários à formalização da sua candidatura, o que este recusou;
- A lista candidata à Mesa do Plenário Concelhio foi tornada pública no dia 18 de Outubro de 2018;
- O militante Luís Elvas foi candidato nas eleições de dia 20 de Outubro de 2018, tendo sido eleito;

#### **Do Direito:**

A questão que nos cumpre decidir, centra-se no facto de apurar se o militante Luís Elvas tinha, ou não, legitimidade para receber as listas candidatas ao ato eleitoral agendado para o dia 20 de Outubro de 2018.

Ora vejamos:

1. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 101.º dos Estatutos Nacionais da JSD, é competência da Mesa Eleitoral *“receber as listas candidatas”*.
2. Contudo, não sendo possível à Mesa constituir-se, por ausência da maioria dos seus membros, *“pode qualquer dos seus membros titulares eleitos ou, na sua falta, o Presidente da Comissão Política respetiva, ou o Presidente do órgão executivo respetivo em causa, indiqitar o número necessário de militantes que*



componham a Mesa e assegurem o seu funcionamento, até que se encontrem presentes os seus titulares.” (sublinhado nosso) – cfr. artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento Eleitoral da JSD.

3. Evoca o Requerente, o plasmado no n.º 2 deste artigo 13.º do Regulamento Eleitoral da JSD que dispõe que *“em caso algum os militantes que integram a Mesa poderão ser candidatos ao ato eleitoral a que vão presidir”*.
4. Entende o Requerente que o processo eleitoral deve ser considerado nulo por terem sido violados os princípios basilares da independência, legalidade e imparcialidade, uma vez que o militante Luís Elvas era *“candidato no próprio ato eleitoral que alega querer fiscalizar”*.

Discordamos da interpretação do Requerente, na medida em que o preceito do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento Eleitoral da JSD, não se aplica *in casu*. Este normativo aplica-se ao próprio ato eleitoral, e não aos seus atos preparatórios – como é o caso de receção das listas candidatas.

Aliás, não podia ser interpretado de outra forma, sob pena de prejudicar o normal funcionamento da preparação do ato eleitoral e, conseqüentemente, ser posta em causa a confiança no universo eleitoral.

Assim, e considerando que o militante Luís Elvas foi indigitado para proceder à receção das listas candidatas ao ato eleitoral, e não ao próprio ato eleitoral de dia 20 de Outubro de 2018, não existem dúvidas que o mesmo tinha legitimidade para receber as listas candidatas ao mesmo.

Mais, não se compreende o *“justo receio de extravio da documentação que fosse entregue”* como justificação do Requerente para não apresentar a sua lista às eleições que iriam ocorrer a 20 de Outubro de 2018, uma vez que aquando da entrega da lista por um candidato, *“o duplicado deverá ser assinado pelo aceitante e devolvido ao proponente, com despacho que mencione data e hora de receção”* (sublinhado nosso) – cfr. artigo 4.º, n.º 7 do Regulamento Eleitoral da JSD, que deve ser exigido por quem entrega a lista candidata a quem a recebe, e tem como objetivo evitar, precisamente, o extravio da documentação entregue.



Em todo o caso, e como resulta da experiência eleitoral, poderia ainda o Requerente ter enviado para a CEI, cópia de todos os documentos exigidos para que a candidatura fosse validada, manifestando desde logo o seu desagrado com a condução do processo de receção das candidaturas.

O Requerente limita-se a manifestar a sua intenção de apresentar uma lista candidata, sem juntar quaisquer documentos comprovativos da existência da mesma, não a tendo entregue por vontade própria e não por, em algum momento, ter sido impedido de o fazer.

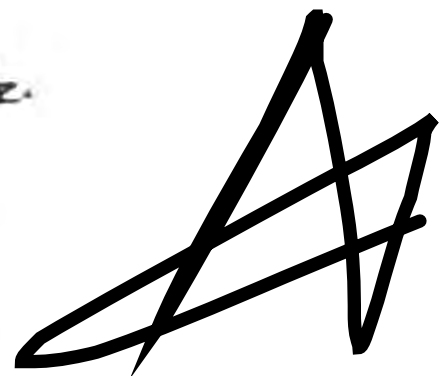
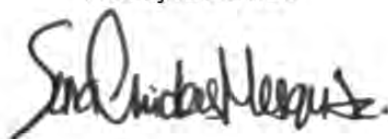
Face ao exposto, entende esta secção que o militante Luís Elvas tinha legitimidade para receber as listas candidatas, não tendo sido violado qualquer princípio ou norma dos Estatutos Nacionais da JSD e o Regulamento Eleitoral da JSD.

#### **Da Decisão:**

Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 49.º dos Estatutos Nacionais da JSD, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD, **julga improcedente o pedido de anulação da eleição ocorrida no dia 20 de Outubro de 2018 e, conseqüentemente, o pedido de convocação de novo ato eleitoral.**

**Notifique-se.**

A Secção *Ad hoc*





## CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Decisão do Conselho de Jurisdição Nacional n.º 2/2019

**Processo n.º 6/2018**

**Espécie:** Impugnação

**Data da decisão:** 16/01/2019

No dia 26/01/2018, deu entrada na sede nacional da JSD um pedido de impugnação do ato eleitoral para a Comissão Política Concelhia dirigido a este Conselho, assinado pelo militante Martim Arnaut Syder, militante número 223431.

O Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional («CJN»), no dia 22 de outubro de 2018, exercendo a sua competência de apreciação preliminar, nos termos do disposto nos artigos 56.º, alínea c), do Regulamento Jurisdicional da Juventude Social-Democrata («RJSD»), verificou o preenchimento dos requisitos formais do pedido e determinou a sua apreciação por Secção *Ad hoc*. A Secção *Ad hoc*, reunida em 16/01/2019, emitiu a seguinte decisão:

### **Dos Factos:**

- No dia 6/12/2017 foi publicado em Povo Livre a convocatória para a eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Coimbra;

- No dia 18/12/2017 foi feito, pelo requerente, um pedido de esclarecimento à Comissão Eleitoral Independente, relativamente aos seguintes pontos:

1. O facto de não constar nos cadernos eleitorais de novembro um determinado número de militantes, cujas fichas teriam sido entregues na sede do PSD;



2. Terem sido adicionados aos cadernos eleitorais de dezembro militantes com datas de admissão inferiores aos citados no ponto 1 e com números de militante posteriores.
- A Comissão Eleitoral Independente não se pronunciou, até à data, sobre o pedido supra referido.
  - No dia 7/01/2018 foi enviada ao requerente a descarga datada de 06/12/2017 com 673 votantes.
  - No dia 15/01/2018 foi enviado ao requerente o caderno eleitoral atualizado.
  - No dia 17/01/2018 foi enviada ao requerente a descarga datada de 12/01/2018 com 692 votantes – mais 19 militantes do que a anterior.
  - A eleição realizou-se no dia 20/01/2018.
  - Foram notificados para audiência escrita, o Presidente da Mesa da Assembleia da JSD Distrital e o Presidente da Mesa do Plenário da JSD Concelhia Coimbra, no dia 13/12/2018, sendo que os mesmos apenas receberam a documentação relativa ao processo no dia 19/12/2018.
  - No dia 02/01/2019 o Presidente da Mesa do Plenário da JSD Concelhia Coimbra enviou a sua pronuncia escrita.
  - Foram pedidos esclarecimentos por escrito, por esta Secção *Ad hoc*, aos serviços do PSD responsáveis pela inscrição de militantes e pela elaboração dos cadernos e das descargas eleitorais, no dia 11/12/2018, aos quais não se obteve qualquer resposta.

**Do Direito:**

- Não foi entregue, com o pedido de impugnação, nenhum recibo de entrega de boletins de inscrição como refere o requerente no ponto 1 e no ponto A do seu pedido de impugnação, não sendo possível averiguar nem a entrega das referidas fichas nem a violação ou não, do nº 3 do artº 3 do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes da JSD;



- Não é possível a esta Secção tirar ilações sobre a atribuição dos números de militante atribuídos pelos serviços, uma vez que estes não se pronunciaram;

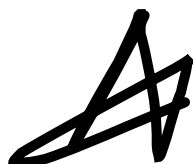
- Os militantes que foram adicionados ao caderno eleitoral, em janeiro, têm data de admissão de 06/09/2017, tendo, portanto, capacidade eleitoral para o ato do dia 20/01/2018.

**Da Decisão:**

Pelo exposto e dado que a diferença entre as descargas eleitorais (19 militantes) não implicaria uma alteração no resultado eleitoral (169 – 149) e considerando que não se provou a entrega de fichas de militante que, apesar dos três meses de militância, não constaram no caderno eleitoral do ato do dia 20/01/2018, considera-se que o pedido de impugnação ora em apreciação carece de fundamentação, pelo que a decisão desta Secção é a do seu indeferimento.

A Secção Ad hoc



**Nota:** O presente Processo resulta de uma participação intentada no mandato anterior do Conselho de Jurisdição Nacional, pelo que o Conselho de Jurisdição Nacional, com a actual composição, e que agora decide, não pôde garantir o cumprimento dos prazos regulamentares de decisão. Ainda assim, este Conselho tentou alcançar a exigida solução justa que ao caso cabia.